



ARTIGO

A FORMAÇÃO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO¹: A CONCRETIZAÇÃO DA HEGEMONIA² DAS ELITES CAFEIRAS?

Jefferson Ferreira Alvarenga

Mestre em História Social das Relações Políticas (2012). Especialista em História Política (2009) e graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006).

¹ Segundo Nicos Poulantzas, no estudo do Estado capitalista, deve-se levar em consideração a sua formação social, ou seja, devem-se levar em consideração as transformações históricas, os lugares das lutas de classe e os estágios e fases do capitalismo que atingiram determinado Estado capitalista. [...] As formações sociais são o lugar real de existência e de reprodução, portanto, do Estado em suas formas diversas, as quais não podem ser deduzidas do modelo capitalista de Estado que designa um objeto abstrato formal [...]. [...] Uma teoria do Estado capitalista só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo (POULANTZAS, 1981, p.29-30).

² Segundo Gramsci a hegemonia é uma ação que não se trata apenas de conquistar o poder, de apoderar-se do Estado, de administrá-lo téc-

nica e pragmaticamente melhor que a burguesia, mas de romper com a concepção de poder e de Estado capitalista, de superar a visão política como esfera separada, estranha, acima do sujeito e das relações sociais. Para Gramsci, ao contrário, no processo de construção da hegemonia trata-se de alcançar uma profunda transformação pessoal e social que gere a autodeterminação, a socialização do político e opere a passagem para uma sociedade substantivamente democrática, cujo “significado mais realístico e concreto deve ser deduzido do conceito de hegemonia” (SEMERARO, Giovanni. O marxismo de Gramsci. In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia Vieira (org.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*, 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2000).

Resumo

Este artigo visa entender a formação social do Espírito Santo, a partir de uma análise sociológica e historiográfica dos fatos que levaram à hegemonia das elites ligadas ao setor do café. Por isso, é necessário que se entenda que em cada país ou localidade há matrizes específicas, resultado de uma trajetória particular, de uma formação social diferente e de tradições políticas próprias. No caso do Espírito Santo, com a emergência da economia do café, a partir de 1850, houve a possibilidade do florescimento das elites ligadas à produção e exportação daquele produto. Essa hegemonia persistiu até a década de 1950, quando a cafeicultura entrou em crise em âmbito mundial e consequentemente afetou a hegemonia das elites locais.

Palavras-chaves: História, Espírito Santo, Hegemonia, Formação social.

1- A República e o Espírito Santo

O fim da República das Espadas criou bases para que as oligarquias cafeiras disputassem, em nível federal, a administração do Estado. Para isso, as principais oligarquias estaduais empreenderam um pacto de governança do Brasil. Esse pacto seria entrelaçado pelas instâncias municipais, estaduais e federais. O efeito da consolidação desses interesses será a *Política dos Governadores*, as eleições a *bico-de-pena* e o *coronelismo*¹. As oligarquias começaram a sustentar seu

1 Conforme Victor Nunes Leal, o coronelismo pode ser definido: [...] como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência de poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o "coronelismo" é sobretudo [sic] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compre-

Abstract

This article aims to understand the social formation of Espírito Santo, based on a sociological and historiographic analysis of the facts that led to the hegemony of the elites linked to the coffee sector. Therefore, it is necessary to understand that in each country or locality there are specific matrices, which are the result of a trajectory, of a different social formation and of its own political traditions. In the case of Espírito Santo, with the emergence of the coffee economy, since 1850, there was the possibility of flourishing of elites linked to the production and export of that product. This hegemony persisted until the 1950s, when coffee cultivation entered crisis worldwide and consequently affected the hegemony of local elites.

Keywords: History, Espírito Santo, Hegemony, Social formation.

poder político através dessas formas compensatórias e de controle da sociedade. Victor Nunes Leal (1997) afirma que a supremacia das oligarquias estaduais dependia do apoio dos coronéis, que sustentavam seu poder mediante o *coronelismo*. Esse fenômeno político tornou-se tão logo a base de apoio e controle das elites políticas, bem como um sistema eficaz no meio eleitoral.

Dessa maneira, as relações verticais eram sempre manipuladas por um chefe local e, na maioria das vezes, esse chefe estabelecia o seu controle no meio rural, onde se concentrava a maior parte do eleitorado. As oligarquias hegemônicas, em âmbito federal, tendiam a se solidarizar com as oligarquias hegemônicas estaduais, a fim de obter os votos do interior dos estados. Mas, nem sempre o coronel estava na zona rural, ele poderia ser um médico, advogado ou

der o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 40).

um burocrata especializado que, como chefe local, obtinha somas consideráveis de votos de cabresto (LEAL, 1997, p. 41).

De acordo com Raymundo Faoro (1997), o coronelismo é um fenômeno político que participa da estrutura patrimonial, que aproveita das ligações pessoais formadas por uma rede de clientela, com a finalidade de obter as benesses públicas (FAORO, 1997, p. 631). Ademais, o coronel utilizava seus poderes públicos para fins particulares, misturava a organização do Estado a seus próprios bens pessoais, fazendo emergir, assim, o filhotismo² e deste, o mandonismo³, o qual compreendia favores pessoais que aumentavam o poder pessoal do coronel e ampliavam também sua clientela. Esse controle levava a oligarquia estadual a depender do poder aliciador do coronel, que se apropriava das oportunidades econômicas do município e do controle dos cargos públicos que geralmente eram entregues às principais famílias locais.

De acordo com Faoro (1997), a política dos governadores compreendia um sistema de relações entre o governo federal e o governo estadual. Nesse sistema, o governo federal entregava cada um dos estados a uma facção política. Mediante o coronelismo, tanto o governo federal quanto o estadual mantinham-se na direção administrativa do Estado. Quando o poder da oligarquia estadual encontrava-se em decadência, o governo federal intervinha na política estadual objetivando manter o controle da oligarquia hegemônica (FAORO, 1997, p. 564).

No Espírito Santo, a política local não esteve apartada do modelo político brasileiro existente na Primeira República. Nas regiões norte e sul predominaram as formas clássicas do coronelismo, isto é, um

2 Para Leal, o filhotismo são favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. Geralmente, esses favores são destinados aos amigos do Coronel, ou aos seus eleitores (Ibid., p. 60).

3 Para Leal, o mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários: "para os amigos pão, para os inimigos pau". As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais (Ibid., p. 61).

padrão de fraudes, violência e de relações pessoais; enquanto na região central predominou o poder político dos vendeiros (os donos das vendas localizadas na região de imigração estrangeira), que era semelhante ao poder político do coronel⁴.

Como testemunha, que participou do processo político da Primeira República, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg⁵ explica como era o *coronelismo no Espírito Santo*. Sobre a eleição de bico-de-pena há o seguinte comentário: "[...] Não havia abstenção. Não havia nada. Faziam o resultado como queriam. Não havia protesto, porque a mesa era toda do governo. A própria mesa apurava [...]" (LINDENBERG, 1989, p. 28-29). *Acerca do coronelismo no Espírito Santo há outro depoimento esclarecedor:*

Mas eu já estava envolvido na vida política desde 9 ou 10 anos. Na época de fazer inscrição eleitoral, nós éramos chamados pelos candidatos para fazer o Constitui. Era o seguinte: o sujeito passava uma procuração, que dizia: constituo meu procurador o coronel Antônio de Souza Monteiro, para fim de me alistar como eleitor e assinava. Fazíamos isso com a letra de meninos de 9 ou 10 anos, justamente porque a letra ruim, confundia-se com letras dos colonos que, geralmente, não era boa [sic]. Assim [sic] esse processo passou a chamar-se Constitui [sic], uma procuração que a gente fazia ao Coronel Antônio Souza Monteiro, meu tio, para o alistamento de eleitores. A eleição, também, naquela época, era a bico de pena [sic]. O voto secreto veio mais tarde, após 1930. Por isso, naquela época, somente ganhavam candidatos do governo, porque as eleições eram feitas nas vés-

4 Consoante Nara Saletto: "o vendeiro gozava de um verdadeiro monopólio sobre os fregueses, que frequentemente incluía toda uma localidade e até, em certos casos, "municípios inteiros", como denunciava um contemporâneo. A dependência econômica era reforçada pela influência social e política; o vendeiro era conselheiro, protetor, padrinho e, muitas vezes, "coronel". Era esta [sic] a forma pela qual o capital comercial apropriava-se do excedente produzido pelo trabalho familiar" (SALETO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)*. Vitória: EDUFES, 1996, p.42).

5 Carlos Fernando Monteiro Lindenberg é descendente da família mais influente da Primeira República e tornou-se uma liderança política importante do estado do Espírito Santo.

peras ou nas antevésperas. E nós fazíamos as procurações para meu tio alistar pessoas (SILVA, 1986, p. 84).

O depoimento abaixo elucidado como eram feitas as eleições no interior, já que o depoente foi candidato a prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, onde havia o confronto entre os irmãos Monteiro. Lindenberg era candidato da oposição, ligado a Jerônimo Monteiro, enfrentando o candidato da situação, ligado a Bernardino Monteiro, Seabra Muniz:

Nas vésperas da eleição, na fazenda Monte Líbano – eu tomava conta da fazenda nessa época – chega o tabelião de Pindoba, município de Castelo. Eu me espantei e perguntei: “Seu Augustinho”, o senhor por aqui hoje? E as eleições? Ele respondeu: “Já está aí na garupa da mula”. Na véspera da eleição [sic] ele já vinha com o resultado preso na garupa da mula. Ele vinha pegar pousada lá em casa. Então [sic] eu perguntei: “Quantos votos eu tive?”. Ele disse: “Só uns cinco ou seis” (LINDENBERG, 1989, p. 28).

Segundo Marta Zorzal e Silva (1986), a disputa pelo controle administrativo do Estado, durante o período republicano, esteve polarizada entre duas elites: a dos grandes proprietários rurais e a mercantil. Ainda, de acordo com Zorzal e Silva, no seio das elites produtoras e exportadoras de café vigorou o poder de uma família, os Souza Monteiro.

Apesar da existência de outros governantes⁶, a atuação de três dirigentes estaduais merece destaque, a saber: José de Melo Carvalho Muniz Freire, Jerônimo de Souza Monteiro e Florentino Avidos.

O primeiro governo de José de Melo Carvalho

Muniz Freire (1892-1896) foi caracterizado como uma fase de arrojadas realizações no estado do Espírito Santo. Os pontos centrais de seu programa eram a construção de linhas férreas e o povoamento do solo por meio da imigração europeia. Para isso, ele procurou atrair o capital estrangeiro a fim de construir a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Além disso, Muniz Freire dedicou-se a resolver o problema das condições higiênicas da cidade de Vitória, que ainda permanecia com aspectos coloniais. Essa inovação do presidente estadual permitiu à cidade de Vitória tornar-se pólo dinamizador da exportação cafeeira. Aos poucos, a cidade de Vitória concentrou toda a exportação de café do estado, principalmente por conta de um processo de modernização da cidade, sobretudo no que se refere à infraestrutura. O raciocínio daquele governante sugere que, para Vitória constituir-se como centro exportador do café capixaba, era preciso criar as condições de surgimento e reprodução de capital mercantil-exportador local, o que seria suficiente para o desenvolvimento econômico (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 13).

Paralelamente, a criação de infraestrutura na cidade, Muniz Freire implementou o projeto *Novo Arrabalde*. Esse projeto foi idealizado pelo engenheiro Saturnino de Brito que objetivava a construção de um novo arrabalde, ou seja, um novo bairro na cidade de Vitória, embelezado e urbanizado nos padrões europeus. Esse novo bairro compreendia o que seria hoje as áreas: Barro Vermelho, Praia do Canto, Santa Lúcia, Santa Helena, parte de Suá e Jucutuquara⁷.

No quadriênio de 1908-1912, a administração do Estado do Espírito Santo foi presidida por Jerônimo de Souza Monteiro e durante o seu governo houve a abertura de estradas, fomento da produção agrícola, melhorias dos rebanhos bovinos, desenvolvimento do ensino público e melhoria do aparelho administrativo. Iniciou-se nesse período, na política do estado do Espírito Santo, o predomínio da família Souza Monteiro.

7 CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. O novo arrabalde. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996, p. 27.

De certa maneira, no decorrer do governo de Jerônimo Monteiro, Vitória se modernizou, ganhando serviços de água, esgoto, luz e bondes elétricos. Também foram feitas novas ruas, surgiu a Vila do Moscoso e, por conseguinte, o Parque. Também foram implantadas a Usina Paineiras, a Fábrica de tecidos de Cachoeiro de Itapemirim, a Fábrica de Cimento, a Serraria Industrial, a Usina Hidrelétrica de Fruteiras, a Fábrica de Óleo, e a Fábrica de Papel. Porém, esses empreendimentos não foram suficientes para o surgimento do capitalismo industrial.

Florentino Avidos (1924-1928), sucessor de Nestor Gomes, estabeleceu uma política de abertura de estradas pela região do estado do Espírito Santo, o que se constituiu em importantes ligações da capital com o interior, por meio de pontes, estradas (de rodagem e férreas); promoveu a construção de edifícios públicos, executou saneamento básico (água e esgoto), serviço de telefonia e eletricidade (HEES; FRANCO, 2003, p. 63).

Devemos ressaltar que a Proclamação da República conferiu maior autonomia ao aparelho administrativo do Estado do Espírito Santo. Assim, foi possível buscar empréstimos no exterior e adotar uma política para a atividade econômica. Por causa disso, foram construídas estradas de ferro; constituídas indústrias; formaram-se bancos e finalmente implantou-se uma infraestrutura urbana. No setor ferroviário, foram construídos 330 km de estradas, isto é, cinco trechos ferroviários foram feitos e, a partir da existência deles, o Espírito Santo ficou ligado a Minas Gerais por duas vias férreas e ao Rio de Janeiro por uma. Todas elas dando acesso ao porto de Vitória. Desse modo, as regiões produtoras ficaram atendidas por vias férreas e ligadas ao porto de Vitória. São elas: Estrada de Ferro Caravelas (ligava Cachoeiro-Alegre); Estrada de Ferro Santo Eduardo a Cachoeiro; Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (Vitória-Matilde); Estrada de Ferro Vitória-Minas; Estrada de Ferro Alegre e Esperança Feliz. Vale lembrar que as construções das ferrovias tiveram a participação do capital do Estado, aliado ao capital estrangeiro e não

dos capitais privados locais; o mesmo aconteceu com a formação dos bancos e o surto de industrialização ocorrido na Primeira República.

No período republicano, a economia do Espírito Santo dependia quase que exclusivamente do café. Em termos gerais, o café encontrou no sudeste do país um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, seja no clima, seja no solo e terras. No Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e, com menor produção, no Espírito Santo, localizou-se a riqueza cafeeira do Brasil.

Segundo José Teixeira de Oliveira (2008), o café foi introduzido no Espírito Santo no início do século XIX. Por volta de 1811, na cidade de Vitória, se negociavam produtos da terra: açúcar, aguardente, café, milho, feijão, arroz e algodão – tudo em pequena escala, pois a agricultura estava como que esquecida (OLIVEIRA, 2008, p. 272).

Consoante Haroldo Corrêa Rocha, Maria da Penha Cossetti (1983) e Marta Zorzal e Silva (1986) desenvolveram-se, a partir de 1850, três regiões socioeconômicas baseadas na estrutura cafeeira: Sul, Norte e Central.

A região sul foi a principal produtora e exportadora de café. Situada próxima ao Vale do Paraíba, era natural que o café se expandisse primeiro por essa região, pois nela ainda havia terras devolutas e virgens para possíveis plantios de produtos agrícolas. O café produzido na região era exportado pelo porto do Rio de Janeiro, porque as vias de escoamento do produto entre as duas regiões estavam em melhores condições de uso. Não apenas: a proximidade com o Vale do Paraíba possibilitou que os fazendeiros fluminenses migrassem para a província do Espírito Santo. A partir da expansão do plantio de café, a região sul começou a ser ocupada pelo processo de transmigração de fluminenses e mineiros.

De acordo com Haroldo Corrêa Rocha e Maria da Penha Cossetti (1983), na região sul do Espírito Santo desenvolveu-se uma economia de modo de produção escravista, organizada na forma de grandes propriedades monocultoras, voltada para o mercado externo. Apesar da existência do porto de Itape-

6 Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1889); José Horácio Costa (Substituto) (1890); Constante Gomes Sodré (1890); Cel. Henrique da Silva Coutinho (1890); Antônio Gomes Aguirre (1891); Cel. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida (1891); Antônio Gomes Aguirre (1891); José de Melo Carvalho Moniz Freire (1892-1896); Graciano dos Santos Neves (1896-1897); Constante Gomes Sodré (1897-1898); José Marcelino Pessoa de Vasconcelos (1898-1900); José de Melo Carvalho Moniz Freire (1900-1904); Argeu Hortêncio Monjardim (1904); Cel. Henrique da Silva Coutinho (1904-1908); Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912); Marcondes Alves de Souza (1912-1916); Bernardinho de Souza Monteiro (1916-1920); Nestor Gomes (1920-1924); Florentino Avidos (1924-1928); Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930) (OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008, p. 546).

mirim, havia ainda problemas, como, por exemplo, a inexistência de infraestrutura adequada (ferrovias, estradas, armazéns, portos, etc.). Para os estudiosos supracitados, foi isso que impossibilitou a acumulação de capital e, por consequência, o desenvolvimento capitalista. Na realidade, a praça comercial do Rio de Janeiro exportava o café produzido no sul do Espírito Santo e o resultado disso foi a apropriação, pelo grande capital mercantil fluminense, de parte do excedente gerado no Espírito Santo.

A situação de dependência do sul do Espírito Santo em relação ao Rio de Janeiro manter-se-ia até a primeira metade do século XX, quando foi construída a primeira estrada de ferro ligando a região sul a Vitória (Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo). O trecho de Vitória a Matilde, com 85 km, foi construído, na década de 1890, pelo governo estadual, sendo vendido no início do século XX à Leopoldina Railway, que concluiu sua ligação com Cachoeiro de Itapemirim, em 1910. A partir desse empreendimento, foi intensificado o transporte que levava a produção da região sul em direção à capital⁸.

Em termos gerais, a formação social da região

sul implicou a hegemonia (socioeconômica e política) da elite dos grandes proprietários rurais⁹. Entre as razões que explicam tal hegemonia, podemos destacar que as empresas exportadoras de café ali localizadas não tinham sede na província do Espírito Santo, mas sim no Rio de Janeiro. Logo, pela pouca presença de elites comerciantes de café, houve uma hegemonia das elites que produziam o produto. Após a abolição da escravidão, o quadro hegemônico não se modificou, apesar de alguns fazendeiros terem dividido as terras com imigrantes europeus.

Embora aquela elite fosse hegemônica, apenas na região sul da província ainda havia a presença dela; em menor quantidade, na região central e na região norte. Ademais, existiam no interior da elite dos grandes proprietários rurais, interesses múltiplos e uma segmentação de frações. Porém, essa elite funcionava como um grupo coeso em relação aos seus interesses mais gerais. Todo e qualquer grande proprietário rural (fazendeiro produtor de café e açúcar, escravista ou não escravista, e o latifundiário) se interessava em defender a lavoura escravista, bem como a produção de café. Nesse grupo, destaca-se a fração de fazendeiros do café da região sul.

Mesmo com o desenvolvimento da lavoura cafeeira, a região sul não conseguiu, tal como ocorrera em São Paulo, desenvolver uma estrutura de mercado capitalista. Isso porque havia pouca rentabilidade do café e poucos reinvestimentos feitos na lavoura, ainda mais que a mentalidade dos colonizadores da região sul não era a reprodução da capitalização da lavoura, diferentemente do que ocorria em São Paulo. Os poucos investimentos na lavoura da região sul podem ser explicados, também, pela seguinte razão: o capital cafeeiro destinava-se às casas comerciais do Rio de Janeiro.

Vale observar que as fazendas capixabas da região sul eram constituídas por latifúndios pouco significativos produtivamente. Logo, os grandes pro-

prietários rurais eram muito mais senhores de terras do que propriamente grandes produtores de café, às vezes um fazendeiro possuía várias propriedades rurais. A mentalidade desses produtores do sul visava tornar a fazenda apenas uma fonte de “*status senhoria*”, o que produzia poder local e não riqueza capitalista, então o grande proprietário rural nada tinha a ver com o *lucro* propriamente dito, estava se afirmando historicamente como participante da aristocracia agrária. A vida desses indivíduos desenrolava-se em um ambiente modesto, não sendo grande a sua riqueza. Logo, os verdadeiros “*bens*” dos fazendeiros consistiam em terras e escravos¹⁰.

Os grandes proprietários rurais viviam no sistema escravista, afirmando seu *status* a partir da violência, da coação e de relações extra-econômicas. A lógica do próprio sistema escravista era tirar o máximo de excedente. No entanto, esse excedente não se transformava exatamente em lucro. Mesmo a venda do produto tropical, o excedente gerado pelo café, constituía-se numa forma de remuneração (em dinheiro, créditos, ou em outros valores, mas não na capitalização). Se esse excedente não se tornava investimento na expansão da lavoura, a economia só poderia se reproduzir lentamente, ao contrário do

que ocorria no complexo cafeeiro paulista, no qual os lucros do café se metamorfoseavam em investimentos na própria expansão da lavoura ou na indústria.

Com a abolição da escravidão e a introdução do imigrante no mundo rural, as relações sociais de produção estabelecidas entre os fazendeiros e os imigrantes também não propiciaram o desenvolvimento capitalista. Nas grandes propriedades rurais utilizava-se o sistema de parceria, na forma de *meia*. O parceiro trabalhava junto a toda família, assumindo uma parcela do cafezal correspondente à força de trabalho familiar. Ademais, ele dividia ao meio o café colhido, geralmente comercializado pelo fazendeiro, que lhe pagava um preço inferior ao do mercado (SALLETTO, 1996, p. 100).

Nesse tipo de relação, o parceiro é dono de sua força de trabalho, podendo romper o contrato com o fazendeiro de café. Contudo, há forte subordinação do imigrante ao fazendeiro, uma vez que o primeiro só pode vender o produto ao dono da propriedade. Tal relação não desenvolveu uma ordem social competitiva, já que o parceiro, subordinado ao fazendeiro, não tinha a liberdade de buscar melhores vantagens para vender o café. O fazendeiro, quando obtinha o produto, vendia-o a um comissário ou negociava diretamente com as casas exportadoras. No entanto, eram essas casas comerciais que detinham o conhecimento da cotação do produto no mercado internacional. Consequentemente, tais casas compravam o café abaixo do preço de mercado. Portanto, as relações de trabalho que se estabeleceram na região sul, não geravam lucros nem para o grande proprietário, nem para o parceiro. Em suma, a parceria era praticamente um tipo de trabalho compulsório e não um trabalho assalariado propriamente dito.

A região central do Espírito Santo, por outro lado, foi um centro populacional desde a colonização portuguesa. Entretanto, a densidade demográfica era pequena e, por isso, a população regional não era capaz de fornecer mão de obra para as fazendas cafeeiras. Quando o café tornou-se o principal produto na pauta de exportações, foi necessária uma

8 Marta Zorzal e Silva: resume o processo de configuração socioeconômica da região sul. Em linhas gerais, a região sul distingue-se por três fases, as quais definem os modos distintos de estruturação. [...] A primeira abrangeu o período de 1856 a 1872; caracterizou a primeira migração de fazendeiros mineiros e cariocas para o Espírito Santo e a formação de fazendas de grandes dimensões, superiores mesmo às encontradas nas demais regiões cafeeiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). A segunda, de 1872 a 1888, marcou o período de esgotamento das regiões cafeeiras pioneiras e um novo surto migratório para o Espírito Santo, nas mesmas bases anteriores. Coincidiu com o período da imigração estrangeira, ocasião em que alguns latifundiários dessa região resolveram fundar colônias, ao invés de investir na produção. Finalmente, a terceira, a partir de 1888, portanto, da Abolição da Escravidão, cujos efeitos, no Espírito Santo, foram a desagregação e fracionamento de muitas fazendas. Isso, em virtude da não existência de um esquema supridor de mão-de-obra, como existia em São Paulo, por exemplo, que desde o início da imigração havia instituído o sistema de colonato [sic] e, posteriormente, passou a adotar o assalariamento como forma de remuneração da mão-de-obra. Coincidiria, também, esse momento, com a segunda fase da imigração estrangeira que trouxe novos contingentes populacionais e fundaria colônias tanto na região central como na região sul, bem como ampliaria os contingentes das já existentes, principalmente a de Santa Leopoldina (SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: Estado, interesse e poder. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, p.54-55).

9 Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 41-84, passim, nota 11. Nesta obra, a autora classifica esse grupo como Agrofundiários.

10 Sobre esse aspecto, Vilma de Almada afirma: [...] O conforto a que se davam esses grandes fazendeiros, isolados no meio do sertão, restringia-se às “casas de vivenda assobradadas”, a alguns objetos de luxo, como o piano de cauda – existentes nas fazendas do Centro e na Monte Líbano – móveis de jacarandá, jóias [sic] e objetos de ouro e prata. Nem mesmo nessas bem equipadas fazendas, porém, as residências e pertences passavam de 6,4% e 9,4% do total dos bens, o que confirma as observações de Stanley, de que o número total de objetos de luxo, mesmo nas mais requintadas moradias, não era grande, e que a vida do fazendeiro evoluía num ambiente assaz modesto. Os animais de carga e tração, presentes em todas as fazendas pesquisadas, são indispensáveis numa época em que as estradas eram precárias ou inexistentes, atingiam excepcionalmente 8,6% do total na fazenda Primavera, pois nas demais essa porcentagem variava de 1,5 a 3,7%. Destas observações comprova-se no Espírito Santo que os verdadeiros bens dos fazendeiros consistiam em terras e escravos, conforme já fora observado a partir da análise dos testamentos dos proprietários de Vassouras. Em algumas fazendas, como Boa Esperança, Fim de Mundo, Centro e Duas Barras, a soma desses bens chegou a concentrar respectivamente 86,6%, 82,3%, 87,1% do total dessas propriedades (ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 94-96).

política de favorecimento à imigração estrangeira. Contudo, essa política teve contornos distintos daqueles adotados por São Paulo. Os objetivos de trazer os imigrantes europeus para o Espírito Santo tinham dois motivos: em primeiro lugar, elevar o contingente populacional (ocupação territorial) e, em segundo lugar, expandir as potencialidades produtivas capixabas. O processo de imigração foi patrocinado pelo Estado, por particulares (os latifundiários) e, mesmo, por empresas colonizadoras, que viam a imigração como uma possibilidade de obter lucros¹¹.

Com o incentivo do governo estadual, os imigrantes foram assentados em pequenas propriedades que correspondiam a quase 98% das áreas legitimadas na região central. Apesar de o café ser o principal produto de exportação, também foram cultivados produtos de subsistência, como a mandioca e o feijão, além de haver a criação de animais. Portanto, a forma de produção que se instalou na região central é bem diferente daquela observada na região sul, pois ali predominava a pequena propriedade familiar com caráter de subsistência. Essa característica dificultou o aparecimento de um capitalismo, uma vez que as pequenas propriedades em expansão exigiam financiamento apenas para a subsistência familiar, logo o capital investido na produção era pequeno.

Os núcleos coloniais, por outro lado, tiveram um papel importante no aumento populacional e na produção de café. Porém, esses núcleos também contavam com o problema da inexistência de vias de

transporte. Logo, as colônias que mais se desenvolveram foram aquelas situadas às margens dos rios de melhor navegabilidade, como, por exemplo, a colônia de Santa Leopoldina, que estava à margem do Rio Santa Maria, navegável em seus 52 km até a capital (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 52).

A produção de café da região central polarizou-se no porto de Vitória. Todavia, na segunda metade do século XIX, predominava um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, registrando-se também a inexistência de infraestrutura em dois sentidos: um que dizia respeito às ferrovias, portos, armazéns, entre outras estruturas; e outro ligado ao comércio, bancos e comunicações. Para ser ter uma ideia da dificuldade do transporte, a produção de café ainda era transportada por muares. Isso causava um baixo nível de desenvolvimento da economia cafeeira no Espírito Santo.

Porém, ao longo de algumas décadas, a cidade de Vitória passaria a canalizar a exportação de café. Primeiro, por ter um porto natural que permitia o atracamento de navios de grande porte e, portanto, oferecendo melhores condições às empresas exportadoras. Segundo, pela forma de assentamento e de produção dos imigrantes realizada na região central. Essa forma de produção deu origem ao encadeamento da subordinação da produção cafeeira capixaba ao capital mercantil-exportador/importador¹².

12 Cf. SALETTO, N. Op.cit., p.42-43, nota 6. A autora mostra como era esse circuito comercial: a comercialização do café nas pequenas propriedades seguia um sistema diferente. O pequeno produtor ligava-se ao mercado mundial através da "venda" que comprava o café e o abastecia dos artigos que não produzia. A venda estabelecia uma relação permanente com seus "fregueses", que tinham contas correntes, nas quais eram registradas as mercadorias que eles retiravam ao longo do ano e que seriam pagas com o café que entregariam na época da colheita. [...] Quando, ao contrário, tinha um saldo, este ficava geralmente "encostado" nas mãos do vendeiro, sem render juros. Com poucos recursos, sem acesso ao crédito bancário, o pequeno produtor era envolvido numa relação que o colocava na dependência do comerciante. [...] As maiores vendas tinham relações diretas com os importadores e exportadores, porém a maioria ligava-se aos comerciantes dos centros mais importantes do interior, que eram simultaneamente varejistas e atacadistas e se relacionavam, por sua vez, com as grandes casas exportadoras e importadoras de Vitória ou do Rio de Janeiro. Esse sistema permitiu a acumulação de um capital mercantil local, que se apre-

Dessa maneira, a região central ampliou a produção de café, mas, diferentemente da região sul, o domínio da exportação de café foi feito por um grande número de casas comerciais, como relata Campos Júnior (1996):

Paralelamente ao que ocorre no sul, vai se ampliando a produção cafeeira da região central do Estado quando as terras das colônias começam a produzir. Dessa maneira, surge, espontaneamente, tanto na capital como na própria região produtora, um grande número de casas comerciais que irão gradativamente controlar o comércio de café da região produtora de Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 83).

Toda a produção cafeeira de exportação da região central era levada para a cidade de Santa Leopoldina e dali era transportada até Vitória, de onde se direcionava a exportação, diretamente para o exterior, ou para o Rio de Janeiro. Utilizando-se do mesmo circuito comercial, as importações seguiam esse trajeto no sentido inverso. Desse modo, na região central começou a configurar-se um tipo de circuito mercantil, do qual vários atores sociais participavam: do colono às casas comerciais de exportação/importação, e das casas comerciais de exportação/importação ao colono, como demonstra Silva (1986):

A produção cafeeira oriunda das colônias estrangeiras, em geral, percorria o seguinte circuito comercial: colono → vendeiro ou comerciante de segunda classe ou médio → grandes casas comerciais exportadoras e importadoras → mercado externo (SILVA, 1986, p. 56).

No sentido comercial: colono → casas exportadoras/importadoras o produto comercializado era o café; enquanto que, no sentido comercial: casas exportadoras/importadoras → colonos, os produtos comercializados eram os básicos: manufatura, sal,

sentava em vários níveis: da pequena venda com algumas dezenas de clientes, passando pelas casas comerciais de porte médio dos centros mais importantes do interior e de Vitória, chegando até à constituição de casas exportadoras e importadoras que, nos anos 20, chegaram a exportar a maior parte do café embarcado no porto de Vitória, concorrendo com exportadores estrangeiros ou do Rio de Janeiro, que tinham agentes ou filiais no Espírito Santo.

querosene, enxada, machado, foice e etc.¹³

Portanto, é simples entender que o vendeiro e o comerciante de segunda classe não ficavam com a maior parte do capital mercantil. Isso tampouco acontecia com os fazendeiros da região central. As casas comerciais¹⁴ é que eram capazes de reter o grande capital mercantil, uma vez que a elas era entregue uma grande quantidade de mercadoria (o café) proveniente de uma quantidade considerável de comerciantes de segunda classe e vendeiros. Eram essas casas que vendiam o café para o mercado externo. Ainda mais, devemos levar em consideração que as mesmas eram estrangeiras, tendo elas conhecimento dos preços do produto (café) no mercado internacional. Assim, ficava fácil para as firmas de exportação comprar o café a preços abaixo da cotação do mercado internacional. Mas, também, devemos ressaltar que aquelas casas comerciais não detinham o controle sobre a produção do café, embora a subordinassem. O controle sobre a produção era exercido apenas pelas famílias de imigrantes, dessa forma, toda exportação dependia do trabalho fami-

13 Cf. CAMPOS JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 110-111, nota 9. O autor descreve: O vendeiro e o comerciante de segunda classe têm a função de fazer a concentração do café produzido nas pequenas propriedades, para depois vendê-los às casas comerciais exportadoras em Vitória. Esta sequência concentradora também desempenha certo papel, se observamos o caminho inverso do comércio. As casas comerciais, controlando as importações, dispõem desta rede de distribuição montada — comerciante de segunda classe e vendeiro —, para espalhar suas importações nos locais mais distantes do Estado.

14 Cf. CAMPO JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 132-133, nota 9. Quanto às casas comerciais, o estudioso afirma: De maneira geral, os comerciantes, além de desenvolverem as atividades próprias das suas lojas, eram concessionários de alguma empresa de navegação do seu país e também exerciam a atividade consular. Os exemplos concretos dessa prática encontramos nas figuras de: Augusto Arens - Cônsul da Alemanha, à frente da Arens Langen; João Zinzen — Cônsul dos EUA, representante da Casa Zinzen; W. Prado — Cônsul da Espanha, gerente da A. Prado; e Manoel Evaristo Pessoa — Cônsul de Portugal e proprietário da casa comercial de mesmo nome. Todas estas firmas instalaram seu comércio na Capital, atraídas pelos altos preços alcançados pelo café. [...] No tocante ao ambiente construído, o momento de prosperidade proporcionado pelo café ficou registrado no padrão da organização espacial da Capital. A cidade, que antes ocupava a parte alta próxima do Palácio do Governo e das igrejas, desce a elevação e vai aterrando as partes baixas junto à baía. Nestas áreas vão sendo construídas as casas de comércio, reforçando, assim, o caráter comercial emergente da cidade.

liar, que visava apenas à subsistência. Assim sendo, a queda dos preços do café simplesmente obrigava o colono a restringir o consumo dos bens importados, ao passo que, para o comerciante, a crise nos preços representava uma retração em seus negócios, tanto de exportação quanto de importação. Consequentemente, isso afetava seus lucros (ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 75).

Por volta de 1920, o número de casas comerciais de origem nacional aumentaria, sendo algumas dessas pertencentes a capixabas. Apesar de uma relativa perda de poder político do setor comercial, nos primeiros anos da República ele não deixou de tornar-se hegemônico na região central. Mesmo porque a elite mercantil assumiu a direção administrativa do Estado durante maior parte do período republicano¹⁵.

Além de tudo o que foi exposto, ainda vale destacar que Vitória, desde o período colonial, concentrava-se como sede administrativa burocrática. Os principais administradores eram descendentes dos colonizadores portugueses, o mesmo acontecendo com o contingente militar que se situou nessa região para a defesa do território e também da região do Rio Doce, bem como da estrada ligando Ouro Preto ao Espírito Santo. Essa dominação estamental que compunha o cenário de Vitória manteve-se até as transformações decorrentes da abolição da escravatura e da Proclamação da República. Como resultado, a estruturação política da região central se configurou por frações das elites ligadas ao capital mercantil (exportador/importador), por frações de elites remanescentes da colonização portuguesa (elite política e militar) e, ainda, por aquelas decorrentes da imigração açoriana, que se constituíam de fazendeiros escravistas e não-escravistas (SILVA, 1986, p. 59).

15 Cf. CAMPO JÚNIOR, C.T. Op.cit., p. 187, nota 9. Expõe o autor: [...] Desapareceram de Vitória entre 1913 e a década de 20, importantes casas comerciais de origem estrangeira. Em seu lugar surgiram firmas de comércio nacionais; algumas pertenciam a capixabas. Evidencia-se, com isso, a perda do poder político do setor comercial até então estabelecido em Vitória. A recuperação desse setor só ocorreu nos anos 20, mas com outras características, admite-se, constituído por firmas que fundiram no Estado certos interesses do comércio e da produção [...].

A elite mercantil¹⁶ constituía-se como hegemônica, primordialmente, na região central do Espírito Santo. Mas, no seio dessa elite, havia frações sociais que formavam múltiplos interesses. Todavia, em geral, os interesses políticos e sociais da elite mercantil (empresários das casas comerciais, empresários portuários, os vendedores, os comerciantes de segunda classe, pequenos proprietários de terras nas quais não se fazia uso do trabalho escravo, os ensacadores, os banqueiros¹⁷, etc.) tendiam a se equacionar na defesa do grande comércio exportador e do lucro obtido com a exportação. Vale lembrar que aquela elite era formada por indivíduos que participavam do circuito comercial exportador/importador.

Ao compararmos o Espírito Santo com os centros mais capitalistas do Brasil (São Paulo, Minas Gerais e Rio Janeiro) poderíamos afirmar que aqui existia, no máximo, um circuito mercantil, no qual se desenvolvia um capital mercantil, principalmente na região central. No Espírito Santo formar-se-á um comércio exportador pouco desenvolvido, valorizando o mercado de trabalho livre. Entretanto, dependente da exportação feita no início pelas firmas estrangeiras.

Por outro lado, a elite mercantil que surgiu desse comércio cafeeiro produziu novas identificações de ordem econômica, social e cultural. Do movimento do comércio, emergiram em pequenos passos os “homens de negócios”, geralmente ligados ao capital mercantil, mas não desligados da mentalidade do privatismo, do patrimonialismo e do clientelismo.

Outrossim, é dessa nova elite que surgiu um novo estilo de padrão civilizatório, o novo estilo de vida moderna: a vida urbana. O novo padrão de vida cultural e social era uma exigência para a formação

16 Cf. SILVA, M. Z. Op.cit., p. 41-84, passim, nota 11. Nesta obra, a autora classifica esse grupo como Mercantis-exportadores.

17 Nos estudos de Décio Saes: o banqueiro aparece como participante da classe mercantil, uma vez que financiava a produção agrícola (SAES, Décio. A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985). Além disso, nos estudos de Carlos Teixeira de Campos Júnior é citada a vinda da agência do Banco Inglês para Vitória, em 1910, atendendo a uma solicitação do comércio.

de uma futura sociedade moderna. Dessa maneira, a cidade se converteria em polo dinâmico do crescimento do comércio cafeeiro, constituindo-se no reduto das frações da elite mercantil-exportadora. A partir do governo Muniz Freire, a cidade de Vitória concentrou a maior parte da exportação de café do Espírito Santo, por causa dos investimentos na infraestrutura estadual.

De imediato, esse polo dinâmico seria o espaço para o surgimento de atividades urbanas, as quais ainda dependiam da exportação de café. Dentre tais atividades urbanas, poderíamos citar aquelas exercidas por artesãos, profissionais liberais, professores, operários urbanos, militares, vendedores ambulantes etc.

A estruturação das cidades contribuiu para a dinamização do capital mercantil, já que se tornou propícia às inovações que abririam espaço para um novo estilo de vida, caracterizado por elementos tais como o advento da energia elétrica, o bonde, as ferrovias, serviços de saneamento básico, construção de residências e a comunicação em massa. Dessa forma, o novo padrão civilizatório, então em construção, passa a classificar os homens pela ordem do mercado, para fins de estratificação social, ao contrário do que acontecia na sociedade escravista.

Por todas essas razões, a elite mercantil não se limitava apenas ao prestígio social, como ocorria na sociedade escravista. A principal fonte de renda não era a terra, tampouco o escravo, mas o capital que advinha do circuito comercial. Em termos gerais, a lógica central da elite mercantil ligava-se à busca de riqueza material, prestígio e poder. Era essa riqueza que estratificava e situava a elite mercantil na sociedade moderna que se formava.

Para alguns autores locais, como Haroldo Corrêa Rocha, Maria Cossetti (1983) e Marta Zorzal e Silva (1986), o comércio cafeeiro teria nascido da formação e do excedente produzido pelas pequenas propriedades rurais doadas aos imigrantes estrangeiros. Isso teria estruturado o poder dos setores ligados ao comércio exportador. No entanto, essa interpretação não é suficiente para explicar o dinamismo do comér-

cio exportador de café. Por isso, é necessário observar a participação do imigrante como agente econômico do processo de formação do setor comercial. Como participante do circuito, o imigrante rompia com a tradição senhorial imposta desde a dominação portuguesa. Em outras palavras, ele trazia, de seu país de origem, as práticas e técnicas capitalistas que conhecia. Logo, o trabalho próprio e não o do escravo era sua fonte de renda e prosperidade.

Essa mentalidade favorável ao capitalismo transformava o imigrante em agente econômico do capital comercial, passando a absorver a ideia do lucro, mesmo que a pequenos passos, uma vez que se tratava de uma economia periférica. Apesar de o imigrante não participar por completo do circuito comercial, ele ainda era um agente econômico, porque se constituía como agente original de trabalho livre. Por ser livre, ele adquiria uma mentalidade valorizadora da prosperidade e da renda. Isso favorecia o desenvolvimento de relações sociais de trabalho livre, além de beneficiar o desenvolvimento do capital mercantil na região central.

Tal mentalidade, valorizadora do obter lucro, era muito presente na região central. Por exemplo, quando o pequeno produtor retinha algum lucro, ou algum excedente, primeiro ele investia na reprodução da pequena propriedade rural, para depois investir em outras atividades comerciais. Assim, esse excedente deixava a produção agrícola e logo se transformava em capital comercial¹⁸.

18 Cf. SALETTO, N. Op.cit., p. 115-121, nota 6. Esclarece a autora: Há dois casos em que o proprietário não é um sitiante, mas sim um comerciante, para quem a terra é efetivamente mercadoria e fonte de renda. Ele negocia, e especula com a terra e, quando a explora, o faz com trabalho alheio. Um dos nossos casos é o de um comerciante italiano, intitulado Coronel, que aparece em seis processos de Santa Teresa legitimando propriedades, quase todas incultas, e uma trabalhada por parceiros. Outro é de uma viúva pertencente à família de negociantes suíços, que aparecem em alguns processos negociando com terras. Nos casos de propriedades com fins especulativos, o comum era instalar nelas um agregado e encontramos o “coronel” italiano entre os que mantinham agregados, ao lado de outro negociante que legitimou quatro propriedades. [...] Não vejo como a estagnação promoveria a difusão da parceria, que me parece, ao contrário, ser estimulada pela expansão dos cafezais e o enriquecimento. Embora a estagnação pudesse provocar

É inegável que o imigrante encarnava, e de modo completo, a mentalidade da prosperidade capitalista, sendo ele o agente original do trabalho livre no Espírito Santo. Entretanto, a adoção dessa mentalidade não encontrou espaço propício para o desenvolvimento de um capitalismo moderno ou mesmo industrial. No máximo, possibilitou a formação de um capital mercantil, dependente e periférico. Desse movimento, surge a diferença entre o imigrante paulista e o imigrante do Espírito Santo. O segundo estava subordinado à cadeia comercial que ajudou a criar. Em outras palavras, o imigrante tinha como único recurso vender seu trabalho materializado ao vendeiro, o que não lhe permitia a acumulação de capital, somente a subordinação. Ademais, o baixo nível de técnicas da exploração, isto é, das forças

proletarização, não criaria mercado de trabalho para os proletarizados. O enriquecimento, ao contrário, permite ao sitiante abandonar o trabalho agrícola e passar a viver como rentista da terra, empregando parceiros. Quanto à emigração, ela constitui, como bem mostra o autor, uma maneira de garantir a reprodução da pequena propriedade, evitando sua divisão. [...] O primeiro negócio era geralmente uma pequena venda, de estoque reduzido e pouco diversificado, que não comercializava café, e atendia aos sitiante das redondezas. Localizava-se no próprio sítio, e quando este ficava em ponto favorável podia explorar um "racho", com pasto, para pernoite de tropas. Devia possuir sua própria tropa, que também transportava carga para outros. Um moinho de fubá permitia moer o milho de seus fregueses e preparar o fubá que vendia. Mais raramente possuía um moinho de arroz ou equipamento para beneficiar café. Prestava serviço de bar e até restaurante, preparando refeições por encomenda dos clientes. [...] Essas vendas eram integradas às unidades de produção familiares. Sítio e vendas partilhavam as instalações, os equipamentos e a força de trabalho da família que era, em parte, deslocada para múltiplas atividades que constituíam o negócio. Quando progrediam, passavam a comercializar café, o que exigia um capital de maior porte. Nos relatos de Venda Nova, cuja colonização teve início no final do século XIX, acompanhamos a multiplicação das vendas, a entrada no comércio do café e a falência da maioria na crise de 29. Quando enriquecia, o comerciante não se afastava da terra, negociava com ela, especulava, mas também a explorava como rentista, usando a parceria. Seu lucro, porém, era investido nos negócios, não na exploração agrícola. [...] Nos anos 20 [sic] alguns sitiante começaram a mandar um ou outro filho estudar fora. Estas famílias tinham um nível de consumo um pouco mais elevado, boas casas, algumas levavam os filhos em viagens a Castelo e Vitória, mandavam doentes graves se tratarem na capital. Mas todos continuaram a praticar a pequena produção familiar, às vezes completada com a parceria e o trabalho a jornal. E no momento da sucessão tudo era dividido, permitindo apenas que os novos proprietários comessem num nível um pouco mais elevado que a maioria.

produtivas, exigia maior quantidade de trabalho e de esforço, assim impedindo a acumulação de capital.

No caso da região norte, desde a colonização portuguesa, esta região esteve ligada ao mercado externo. No início, o principal produto era a farinha de mandioca, que também era usada para subsistência. Também predominou, nessa região, a grande fazenda escravista, sob o comando de grandes latifundiários e fazendeiros descendentes dos antigos colonizadores portugueses. Na medida em que o café adentrava as regiões do Espírito Santo, a região norte também ia sendo contemplada por aquela agricultura.

Apesar de a região norte ser polarizada no porto de São Mateus, esse porto não tinha grande influência nas exportações. De modo geral, a produção cafeeira era levada em pequenos navios para o Rio de Janeiro, significando pouca ligação econômica com a região central, de modo semelhante ao sul. Entretanto, a partir da Proclamação da República, a produção de café oriunda de São Mateus e Santa Cruz, situados na região norte do Espírito Santo, passou a ser escoada pelo porto de Vitória, intensificando a economia dessa última localidade.

Durante a vigência da Primeira República, a estruturação do poder político da região norte se daria pela influência de fazendeiros escravistas ligados à produção de café e mandioca e latifundiários improdutivos, bem com de proprietários de casas comerciais de base estrangeira. Consequentemente, as lutas sociais e políticas se configurariam em torno da elite dos grandes proprietários rurais e da elite mercantil. Nessa região, originou-se uma nobreza do café representada pelo Barão de Timbuí.

Em suma, a economia do Espírito Santo foi caracterizada por uma forma não capitalista de produção, predominando três principais regiões econômicas: a região sul, central e norte. Na primeira, destacou-se uma forma de exploração da monocultura do café, tendo como base a grande propriedade agrícola e escravista; o grupo social hegemônico eram os grandes proprietários rurais. Na segunda

região destacaram-se as pequenas propriedades rurais, baseadas na mão de obra familiar; o grupo social hegemônico eram as elites identificadas com a exportação de café e a burocracia estamental. Na terceira região destacou-se a produção e exportação de café e mandioca. Havia grandes propriedades rurais escravistas, mas também surgiu uma elite identificada com a exportação daqueles produtos, portanto a hegemonia dividiu-se entre ambos os grupos.

Conclusão

Do ponto de vista teórico, este artigo se preocupou em aprofundar, a partir de uma análise histórica e sociológica, a formação social do Espírito Santo. Nicos Poulantzas (1981) nos deu a chave para entender que as transformações históricas ocorridas neste Estado levaram a entendermos como se deu a hegemonia das elites cafeeiras, tanto socialmente, quanto culturalmente. Portanto, no Brasil, a Proclamação da República implicou em um domínio das oligarquias cafeeiras ao cenário político. As formas de controle eram diversas como, por exemplo, a política dos governadores, o bico-de-pena e o coronelismo. Tais formas compensatórias de manipulação administrativa permitiram a manutenção das oligarquias estaduais na direção do Estado. O Espírito Santo, como outras regiões do Brasil, não esteve alijado daquele modelo de gestão pública.

Em geral, a produção cafeeira estimulada a partir de 1850 permitiu o desenvolvimento de três regiões socioeconômicas no Espírito Santo: Sul, Central e Norte.

A primeira foi colonizada por cariocas e fluminenses a partir de 1850, nessa região surgiu uma estrutura latifundiária, escravista e monocultora, o que resultou no desenvolvimento de uma elite agrária e escravocrata. A segunda foi ocupada principalmente por imigrantes europeus, formando nessa região uma estrutura agrária de pequenas propriedades e mão de obra familiar, o que também possibilitou o

desenvolvimento de uma elite mercantil, isto é, exportadora de café. A terceira, inicialmente, desenvolveu desde a colonização portuguesa uma estrutura produtora e monocultora de mandioca, posteriormente o café passou a fazer parte dos produtos de exportação e produção. Nesta região desenvolveu-se uma estrutura latifundiária e escravista. A imigração europeia, ao mesmo tempo, possibilitou a divisão das terras e a ascensão de pequenas propriedades rurais, predominando assim elites ligadas à produção e elites ligadas à exportação de café.

Desse modo a formação social do Espírito Santo, abriu espaço para o domínio de elites cafeeiras ligadas à produção e exportação de café, além disso, tal hegemonia se fará presente na administração pública, pois serão essas elites que disputarão o domínio do aparelho administrativo do Estado. Tal modelo se sustentará até meados da década de 1950, quando o café entra em crise, permitindo, assim, o desenvolvimento de uma heterogeneidade social e política.

Referências

- CAMPOS Jr., Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 Ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.
- HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República no Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LINDENBERG, Carlos. *De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg*. Vitória: Cultural-es, 1989.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- ROCHA, Haroldo Corrêa. *A formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial*. In: VASCONCELLOS, João G. Moreira; DAVEL, Eduardo P. Barreto (Org.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998, p. 33-73.
- ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930*. Vitó-

ria: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafecultura & Grande Indústria: A transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SEMERARO, Giovanni. *O marxismo de Gramsci*. In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia Vieira (org.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2000, p. 173-202.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

Recebido em: 05/09/2018

Aprovado em: 31/01/2019

